



O PROTAGONISMO DO ANONIMATO E O “SILENCIAMENTO” DOS ATORES PRINCIPAIS: O CASO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

 **Amilton Benedito Peletti**

Doutorando em Educação
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
Cascavel, Paraná – Brasil.
a.peletti@hotmail.com

 **Isaura Monica Souza Zanardini**

Doutora Em Educação
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
Cascavel, Paraná – Brasil.
monicazan@uol.com.br

 **Simone Sandri**

Doutora em Educação
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
Cascavel, Paraná – Brasil.
simone.sandri@unioeste.br

Resumo: O objetivo do texto é apresentar uma análise sobre o papel do Estado na proposição das políticas curriculares, a participação de aparelhos privados de hegemonia e a atuação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação no processo de elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular. Para tanto, questionamos: quais são os aparelhos privados de hegemonia que protagonizaram o referido processo e qual é o papel das associações e entidades representativas do empresariado? Consideramos, para a elaboração da análise, conceitos “gramscianos” como consenso social, Estado ampliado e aparelho privado de hegemonia. Abordamos, ainda, a forma com que alguns intelectuais apresentam resistência a esse projeto hegemônico. O texto foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa. A bibliografia examinada baseia-se em autores que são referências no assunto, visto que as principais fontes analisadas foram documentos e *sites* de instituições vinculadas aos governos municipais e estaduais e ao empresariado brasileiro. Como resultado desta pesquisa, identificamos a elaboração de um consenso sobre a necessidade de uma base comum e o seu contraponto a partir das entidades representantes dos trabalhadores.

Palavras-chave: estado; reforma curricular; base nacional comum curricular; aparelhos privados de hegemonia.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

PELETTI, Amilton Benedito; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; SANDRI, Simone. O protagonismo do anonimato e o “silenciamento” dos atores principais: o caso da base nacional comum curricular. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 68, p. 1-18, e24374, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n68.24374>



THE PROTAGONISM OF ANONIMITY AND THE “SILENCING” OF ITS MAIN PERPETRATORS: THE CASE OF THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS (BNCC)

Abstract: The following text’s objective is to present an analysis on the State’s role in the proposal of curricular policies, such as the hegemonic private apparatuses’ participation and the role of the National Union of Municipal Leaders of Education and the National Council of Educational Secretaries in the process of elaborating and implementing the Common National Curricular Basis. Therefore, we inquire? Which are the hegemonic private apparatuses that take part at said process and what is the role of associations and representative entities of the business companies? We take into consideration, to elaborate the referred analysis, “Gramscian” concepts such as social consensus, expanded State and hegemonic private apparatus. We approach, moreover, the way in which some intellectuals perform means of resistance to that hegemonical project. The text was elaborated stemming from bibliographical and documental researches oriented by a qualitative approach. The examined bibliography is based on influential authors on the referred subject, as the main analyzed sources were institutional documents and websites associated with municipal and state governments from Brazil and its business communities as well. As this research’s result, we identify the forming of a consensus regarding the necessity of a common basis and its counterpart stemming from labor representative entities.

Keywords: state. curricular reform; Common Curricular National Basis (BNCC); private means of hegemony.

EL PROTAGONISMO DEL ANONIMATO Y EL “SILENCIAMIENTO” DE LOS ACTORES PRINCIPALES: EL CASO DE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR

Resumen: El objetivo de este texto es presentar un análisis sobre el papel del Estado en la proposición de políticas curriculares, la participación de aparatos privados de hegemonía y la actuación de la Unión Nacional de Dirigentes Municipales de Educación y del Consejo Nacional de Secretarios de Educación en el proceso de elaboración e implementación de la Base Nacional Común Curricular. Para ello, nos preguntamos: ¿cuáles son los aparatos privados de hegemonía que protagonizan dicho proceso y cuál es el papel de las asociaciones y entidades representativas del empresariado? Consideramos, para la elaboración del análisis, conceptos “gramscianos”, como consenso social, Estado ampliado y aparato privado de hegemonía. Abordamos, aún, la forma con que algunos intelectuales presentan resistencia a ese proyecto hegemónico. El texto fue elaborado a partir de investigación bibliográfica y documental de abordaje cualitativo. La bibliografía examinada se basa en autores que son referencias en el asunto, ya que las principales fuentes analizadas fueron documentos y sitios de instituciones vinculadas a los gobiernos municipales y estaduais y al empresariado brasileño. Como resultado de esta investigación, identificamos la elaboración de un consenso sobre la necesidad de una base común y su contrapunto a partir de las entidades representantes de los trabajadores.

Palabras clave: estado; reforma curricular; base nacional común curricular; aparatos privados de hegemonía.

Introdução

O objetivo deste estudo é apresentar e problematizar algumas questões que constituem as políticas curriculares, de modo particular a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entendida como parte das políticas educacionais que, por sua vez, compõem as políticas sociais do Estado brasileiro, engendradas nas estreitas relações entre as esferas pública e privada, uma vez que são lideradas por aparelhos privados de hegemonia, mas também questionadas e contestadas por diversas entidades representativas dos trabalhadores.

Para tanto, questionamos quais são os aparelhos privados de hegemonia protagonistas do processo de elaboração e implementação da BNCC e qual é o papel da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)¹ e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)²?

Propomos, como recorte temporal, documentos elaborados na segunda década deste século, pois compreendemos que a partir deste período histórico é que se iniciam as discussões mais direcionadas sobre a elaboração de uma BNCC. No entanto, não perdemos de vista que tais proposições estão articuladas a um longo processo que se iniciou ainda na década de 1990, com a entrada definitiva do neoliberalismo³ no Brasil.

Analisamos documentos da UNDIME e CONSED, bem como bibliografias sobre a participação dos aparelhos privados de hegemonia, *sites* oficiais, entidades representativas e autores que já discutiram ou discutem o assunto, com o intuito de promover reflexões acerca da participação (ou não) da sociedade e, mais especificamente, dos professores na proposição, elaboração e implementação das políticas educacionais e, neste caso, das políticas relacionadas ao currículo escolar, a BNCC.

A reforma curricular, implementada com a BNCC, segundo Gonçalves (2021, p. 102) “remete-nos a continuidade de reformas curriculares da década de 1990 no Brasil, uma vez que a BNCC acirra os pressupostos de projeções curriculares, como os PCN e as DCN, e reveste-se de conceitos aparentemente novos”, mas com a mesma finalidade.

No desenvolvimento da nossa análise, consideramos que o Estado “é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu

¹ A UNDIME “é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. [...] é constituída por Dirigentes Municipais de Educação (DME) em exercício. [...] Há, também, os membros solidários (Ex-Dirigentes Municipais de Educação); e os membros honorários (pessoas que tenham, reconhecidamente, colaborado para o aprimoramento da educação pública municipal)” (UNDIME, 2019a, *online*).

² “Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. A finalidade do CONSED é promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública” (CONSED, s/d.).

³ “Neoliberalismo, que pode ser entendido como a síntese das orientações econômicas, políticas e ideológicas do projeto de sociabilidade burguesa em curso, que foi recentemente atualizado com a incorporação de premissas consideradas fundamentais para a sua sustentabilidade, pautadas na ideia da conciliação social como condição para a amenização das desigualdades sociais” (Cêa, 2017, p. 6).

domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (Gramsci, 2000, p. 331). Portanto, é imperioso, para a organização da classe trabalhadora, conhecer sob quais condições se consolida a hegemonia burguesa.

Para iniciar nossa exposição, apresentamos, na primeira seção, reflexões sobre o conceito e a função do Estado na sociedade capitalista e as relações que se estabelecem com as políticas curriculares e o conhecimento difundido por meio do currículo escolar.

Na segunda seção, apresentamos autores que tecem críticas à BNCC e a participação dos aparelhos privados de hegemonia, em especial o Todos pela Educação e a Fundação Lemann quanto à elaboração e implementação, bem como discutimos as principais ações da UNDIME e do CONSED, na direção de criar um consenso sobre a importância e necessidade da constituição de uma base comum para o currículo da educação básica brasileira.

Na terceira seção, consideramos as contradições e disputas em torno da política curricular e destacamos o posicionamento das instituições que se contrapõem ao projeto formativo presente na BNCC.

Nas considerações finais, retomamos aspectos sobre o papel dos aparelhos privados de hegemonia vinculados ao empresariado brasileiro, direcionados para a criação e fortalecimento de um consenso social sobre a necessidade da BNCC; por outro lado, reafirmamos a condição mediadora da escola e o seu potencial de resistência e ressignificação das políticas educacionais em curso.

1 Estado, políticas curriculares e conhecimento

Partimos da compreensão de que muito já se escreveu sobre o Estado, currículo e sua relação com o conhecimento. No entanto, também entendemos ser necessário demarcar de início sob qual perspectiva estamos analisando o processo de elaboração e implementação da BNCC. Portanto, faz-se necessário esclarecer quais seriam, para o Estado liberal, conforme mencionou Smith (1996, p. 246), as formas de “facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação”, por meio da implementação de um currículo nacional padronizado, como preconiza a BNCC.

No que se refere ao Estado capitalista, adotamos como pressuposto que,

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (Lênin, 1978, p. 9).

O Estado é um campo estratégico em que a classe dominante atua para afirmar seu projeto de sociedade, procurando subordinar a classe trabalhadora. Assim, compreendemos o Estado como instância ligada ao exercício da dominação e da submissão que, emergindo como síntese contraditória das relações de produção e das relações de poder entre classes e frações de classes, tem a função de assegurar a ordem para legalizar e consolidar esse processo, de modo que as contradições e/ou colisões de classe sejam amortecidas.

A ordem para legalizar e consolidar os interesses dominantes, é observada no processo de elaboração da BNCC, que contou com a forte atuação de aparelhos de hegemonia da classe burguesa, entre eles o Movimento Todos pela Educação. Tarlau e Moeller (2020) afirmam que o aparelho de hegemonia

Todos pela Educação, apresentou 54 emendas ao Plano Nacional de Educação de 2014. Dessas, 52 foram aprovadas, inclusive três que estabeleciam prazos para a criação de diretrizes curriculares nacionais. [...] a entrada da BNCC no PNE de 2014 ‘deu um impulso muito grande’ ao Movimento pela Base, ‘porque entrou com prazo para ser construída até junho de 2016 e encaminhada para o CNE’ (Tarlau e Moeller, 2020, p. 569).

Notamos, com base em Gramsci, que não é o Estado que produz a situação econômica, mas é expressão dela. Segundo a perspectiva gramsciana, há uma organicidade entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, uma relação dialética entre o Estado *stricto sensu* e a sociedade civil, entendida como o conjunto de organismos privados, os quais têm como objetivo a criação de consensos com a função de estabelecer a hegemonia, ou seja, a sociedade civil é o próprio Estado, pois “por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Liguori e Voza, 2017, p. 518).

Além disso, de acordo com Gramsci (1982), o Estado também é uma espécie de terreno onde ocorre o conflito de classe e no qual a classe dominante atua para constituir a sua hegemonia. Nesse sentido, são necessárias ações com o objetivo de criar consensos, pois,

O Estado que age para criar consenso não deixa à sociedade civil muita ‘espontaneidade’: ‘Pelo fato de que se age essencialmente sobre as forças econômicas [...] não se deve concluir que os acontecimentos da superestrutura sejam abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica’. [...]. O Estado [...] ‘é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados’ (Liguori e Voza, 2017, p. 519).

Entender o Estado capitalista marcado pela desigualdade social e pela luta de classes é de fundamental importância, porque e de onde decorrem, em última instância, as políticas sociais e, conseqüentemente, a educação escolar. Assim, o Estado como síntese contraditória do caráter inconciliável das classes sociais constitui-se como instância de apresentação,

elaboração ou implementação de determinadas políticas, de modo que elas aparentam ser prioridade social, no sentido de escamotear e ocultar o estreito vínculo com as questões econômicas.

Isso pode ser observado no caso da BNCC, pois, segundo Tarlau e Moeller (2020), lideranças de aparelhos privados de hegemonia se uniram a funcionários do governo para estabelecer um consenso sobre as políticas que deveriam ser adotadas, tendo em vista os problemas a serem resolvidos. Essa união envolveu recursos para a elaboração, publicação e divulgação de pesquisas, além da organização de diversos seminários educacionais e apoio em termos organizacionais ou financeiros para a implementação dessa política curricular, o que demonstra a relação dialética existente entre a sociedade política e a sociedade civil que compõem o Estado.

No processo de elaboração da BNCC, percebemos, portanto, a manifestação do que Gramsci chama de Estado integral, ou seja, essa relação entre Estado e sociedade civil que, ao mesmo tempo em que se distinguem, demonstram uma unidade em que a sociedade civil é o próprio Estado.

Demarcamos, também, a concepção de currículo e conhecimento adotada por nós em contraponto à BNCC. Da mesma forma que a sociedade e o conjunto das políticas educacionais, o currículo é compreendido como um espaço de lutas, de contradições, uma vez que expressa a relação de poder existente entre as classes na sociedade capitalista que, por sua vez, expressam interesses opostos, inclusive por meio da educação escolar e dos conhecimentos que compõem ou não o currículo.

Importante ressaltar que o conhecimento produzido pelo conjunto da humanidade é um processo infinito, cumulativo e, portanto, a verdade também é histórica, pois pode ser superada pelo próprio desenvolvimento de novos conhecimentos. Desse modo, o currículo escolar é uma construção histórica, social, na medida em que, de acordo com cada momento, são selecionados determinados conhecimentos para compor as propostas curriculares, ou seja, “o currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol [...]. Ele é o resultado de um processo histórico” (Silva, 2002, p. 148).

De acordo com Silva (2022) qualquer seleção não é neutra ou aleatória, mas arranjada, justamente, a partir dos embates de classe travados na sociedade. Afinal, esse processo ocorre permeado de conflitos, tensões e contradições próprias da sociedade capitalista.

Compreendidas dessa maneira, as políticas curriculares como componentes das políticas educacionais, embora implementadas como políticas de Estado e que buscam materializar a hegemonia da classe que detém o poder econômico e político, são passíveis de contestação,

pois as contradições e disputas não se encerram com a proposição e/ou elaboração de tais políticas, mas acompanham todo o processo de implementação, o qual pode ocorrer mais ou menos de acordo com o que propõe a política oficial de Estado.

A educação escolar sob perspectiva progressista, ou seja, a educação integral, onde todas as dimensões humanas são trabalhadas, que serve como instrumento da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação, em que a escola atua para oportunizar aos estudantes o acesso ao conhecimento historicamente produzido e socialmente relevante - isto é, o que há de mais desenvolvido em termos de ciência, arte, filosofia, cultura - e que apontem para a emancipação humana se contrapõe ao prescrito na BNCC.

Com a intencionalidade de negar ou minimizar o acesso ao conhecimento científico, artístico, filosófico, cultural, à grande parcela da população brasileira - diga-se, estudantes da classe trabalhadora - a BNCC foi proposta nos moldes em que se materializou, já que “um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo” (Silva, 2002, p. 15). Compreendemos, portanto, que a BNCC traz em seu escopo a intenção de modificar as pessoas no sentido de que se adaptem a sociedade.

Entendemos que a BNCC estabelece competências e habilidades articuladas com códigos alfanuméricos e com os requisitos avaliados por meio dos testes aplicados em larga escala e que têm sido usados para classificar e ranquear escolas, como se isso, por si só, pudesse ser sinônimo de qualidade.

Desse modo, a BNCC propõe uma forma de adaptar os sujeitos aos valores liberais que, com base no discurso de igualdade de oportunidades, buscam naturalizar ou escamotear as desigualdades sociais e a possibilidade de a educação escolar ser um espaço de resistência, justamente por apontar a escola como redentora da sociedade. Essa redenção se daria por meio do estabelecimento da BNCC, em que todos teriam, em tese, as mesmas possibilidades de aprendizagem.

Para Ornellas e Silva (2019), embora a BNCC não seja um currículo, estabelece o que deve conter ou não nas propostas curriculares. Além disso, a própria forma como o documento está organizado demonstra a valorização das competências e habilidades em claro detrimento ao conhecimento, integrando a chamada pedagogia das competências ou do aprender a aprender⁴. Destaca-se ainda que a “BNCC é praticamente um documento ‘normativo’ para a construção do currículo, alimentando enfoques prescritivos associados ao produtivismo e ao

⁴ A esse respeito sugerimos a leitura de Duarte (2001).

eficientíssimo do mundo contemporâneo comprometido com as avaliações” (Ornellas e Silva, 2019, p. 323), servindo como um instrumento para gerenciar o ensino e o trabalho do professor.

Desse modo, consideramos fundamental identificar quem esteve no comando no decorrer do processo de elaboração da BNCC e na sua implementação, mesmo que, na maioria das vezes, prefiram se manter no anonimato, justamente para passar a ideia de que a educação e o próprio currículo são neutros e não atendem aos interesses privados, mas aos interesses comuns ao conjunto da sociedade, subentendendo que a formulação da BNCC foi consensual entre os segmentos sociais.

2 Aparelhos privados de hegemonia – Todos Pela Educação e Fundação Lemann: O “cavalo de troia” da educação pública brasileira

Para Santos e Shiroma (2014), no Brasil, a produção de consentimento se dá apropriando-se de princípios defendidos pelos trabalhadores, como por exemplo, a participação. Assim, para que esta seja efetiva, toda a sociedade deveria estar engajada. O resultado disso foi uma grande mobilização, incluindo movimentos organizados por empresários, que tiveram como objetivo participar da proposição, elaboração e implementação de políticas educacionais e as curriculares, sobretudo no que tange a BNCC.

Referindo-se criticamente ao conceito de participação, Neves (2005, p. 87), aponta que além de ser uma espécie de visão redentora da sociedade civil, tem “um vetor importante da legitimação social ao projeto burguês de desenvolvimento e de sociabilidade pós-desenvolvimentismo”.

No que concerne a BNCC, embora o documento oficial não tenha mencionado o papel das fundações privadas no processo de formulação, aprovação e na sua implementação, Tarlau e Moeller (2020) chamam atenção para o fato de que,

Esse processo acelerado de elaboração e aprovação de uma política pública resultou da prática do consenso por filantropia, quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política (Tarlau e Moeller, 2020, p. 553).

No sentido de estabelecer crítica a esse movimento, Evangelista e Triches (2014, p. 52) afirmam que “a adesão ao ideário capitalista pode ser consciente e voluntária ou inconsciente. Neste processo, o intelectual é fundamental para que uma concepção de mundo, própria de uma classe, torne-se hegemônica”. Esses intelectuais seriam, segundo Gramsci (1982, p. 11), “os

‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.

Em consonância com essas afirmações, Tarlau e Moeller (2020, p. 555) apontam dados do GIFE (2020), em que a “Educação é a principal área de investimento social privado no país”. Visivelmente, isso demonstra uma participação cada vez maior de empresas e fundações no sentido de educar a força de trabalho por meio de reformas educacionais e curriculares pautadas nos princípios do mercado, na tentativa de tornar a educação pública imagem e semelhança do setor privado, em que os sujeitos devem buscar adaptarem-se da melhor forma possível à sociedade, como se não houvesse alternativa, a não ser as parcerias público-privadas (PPP). Pois,

[...] nos termos do neoliberalismo de Terceira Via, as parcerias público-privadas requerem um engajamento – tanto da sociedade política, como da sociedade civil – balizado por uma compreensão turva do real, que dificulta a identificação das formas pelas quais o domínio privado irrompe na esfera pública, por vezes de forma súbita, noutras de modo mais previsível, mas sempre arrojadamente (Cêa, 2021, p. 33).

Na medida em que diferentes empresas e fundações, mesmo que de forma “anônima”, se propõem a pensar a educação pública, buscando-se passar a ideia de neutralidade, de acordo com o pressuposto da Terceira Via, como se esses diferentes atores não tivessem um alinhamento político, corrobora a esse aspecto, o fato de a BNCC ter passado praticamente incólume às turbulências políticas⁵ presentes na sociedade brasileira durante o seu período de elaboração.

Dentre as fundações que coordenaram a elaboração da BNCC, destacou-se a Fundação Lemann, que dispunha de recursos econômicos e influências na mídia,

[...] a fundação também usava seus recursos econômicos para patrocinar a produção de conhecimento ou, em outras palavras, prover os funcionários governamentais com informação relevante por meio de seminários, tradução de documentos internacionais para o português, patrocínio de relatórios de pesquisa e convites a especialistas internacionais para falar sobre a experiência deles na redação de padrões curriculares comuns (Tarlau; Moeller, 2020, p. 575).

Devido ao poder econômico e aos constantes cortes nos investimentos públicos, as fundações que representam empresas - as quais preferem manter-se “anônimas”⁶ - acabam direcionando ou impondo políticas públicas, muitas vezes tornando “invisível” a barreira entre o público e o privado, tratando as políticas educacionais como meramente técnicas e não políticas.

⁵ “Ela passou por 8 ministros e reflete uma identidade curricular com mais possibilidades de fazer políticas públicas de abrangência nacional com mais efetividade” (UNDIME, 2021b).

⁶ Nos referimos ao anonimato pelo fato de diferentes empresas manterem-se “encobertas” sob a denominação de fundações ou movimentos.

Percebemos que tais propostas coadunam com as orientações e/ou prescrições do Banco Mundial, com o argumento de que reformas educacionais importantes ocorreram recentemente, pois “o estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [...] é um pilar fundamental para aprimorar a qualidade da educação com equidade regional” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 7). Usa-se, ainda, como justificativa o fato de que o Estado brasileiro não tem uma boa prestação de serviços e isso exigiria a participação privada para melhorar a eficiência da prestação de serviços com investimentos em PPPs.

Dessa forma, poderíamos afirmar que os aparelhos privados de hegemonia se comparam a um “Cavalo de Troia” da educação pública brasileira, pois parecem democráticos, supostamente preocupados com o bem comum e com a qualidade na educação, mas, ao ultrapassarmos a forma aparente, rompendo esse verniz, percebemos que, internamente, defendem a subordinação da educação pública aos seus interesses com o objetivo de revestir a educação de um neotecnicismo e controlar o que e como a massa de trabalhadores poderá conhecer por meio da educação escolar.

A intenção é impedir o acesso da classe trabalhadora aos conhecimentos mais desenvolvidos já produzidos pelo conjunto da humanidade, cerceando qualquer possibilidade de se pensar o currículo escolar de modo que possa contribuir para a emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a BNCC pode ser descrita metaforicamente como um verdadeiro “presente de grego” dos homens de negócio, que atuam na esfera financeira, produzem cerveja, cimento, aço, cosméticos e, se dispõem, por meio das mais diferentes fundações, supostamente desprovidos de qualquer intencionalidade, a pensar a educação pública à sua imagem e semelhança e, contam com a ajuda nada modesta de organizações, a exemplo das analisadas na sequência.

3 A UNDIME e o CONSED na BNCC

Entre as principais instituições que colaboraram no processo de elaboração da BNCC e, inclusive, mantêm informações atualizadas no que se refere a sua implementação, destacam-se a UNDIME e o CONSED, pois envolvem tanto a educação municipal quanto a educação estadual.

Entendemos que são duas organizações fundamentais na elaboração e implementação das políticas educacionais, e não teria como analisá-las de forma separada, pois uma agrega os dirigentes municipais e outra os estaduais, respectivamente, o que torna fundamental a relação que ambas estabelecem entre si e com outras fundações ou associações. Também, conforme o

“Movimento pela Base”⁷, as duas organizações fazem parte da “Avaliação e Monitoramento do Processo de Implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Fundamental” e desenvolvem muitas de suas atividades de forma articulada.

Após visitarmos o portal eletrônico dessas duas organizações, percebemos, também, a estreita relação das mesmas com o Ministério da Educação (MEC) e parceiros da iniciativa privada, como a Fundação Lemann, principal articuladora da BNCC, embora mantenha-se anônima no documento orientador da BNCC.

Para Tarlau e Moeller (2020, p. 583), “a Fundação Lemann não precisava convencer os professores de cada estado a apoiar a BNCC: bastava convencer as secretarias de Educação municipais e estaduais e os funcionários fariam esse trabalho de forma eficaz e com mais legitimidade”, ou seja, a UNDIME e o CONSED, instituições civis, compostas por representantes dos executivos municipais e estaduais, exerceram o papel educativo, isto é, contribuíram com a elaboração e legitimação de uma proposta formativa de interesse privado, no sentido de ratificá-la como consensual, como bem comum, por meio da política curricular a ser implementada nos estados e municípios brasileiros. Utilizou-se a justificativa de que “a implementação da BNCC aparece como uma das prioridades da Agenda da Aprendizagem, acordada entre o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) no início do ano” (UNDIME, 2019b).

Essa seria, portanto, uma das razões para o sucesso da “participação” na elaboração da BNCC, pois as secretarias estaduais e municipais se incumbiram não apenas de defender a ideia, mas de participar dos encontros, organizar equipes, seminários e o tão propalado e esperado dia D pela Base⁸, no qual todos os professores teriam a oportunidade de apresentar sua opinião e sugestões. No entanto, um único dia para analisar um documento dessa magnitude, nos induz a enxergar como uma “pseudoparticipação”, apenas para chancelar e legitimar o que já estava proposto, com o adendo de que qualquer crítica ao processo de elaboração da BNCC era vista como uma heresia.

Esse processo se daria por meio da perspectiva do cascadeamento, quando as equipes das secretarias em conjunto com a UNDIME formariam equipes regionais que, por sua vez, formam diretores e coordenadores pedagógicos, os quais incumbem-se de capacitar os professores de cada uma das unidades escolares.

⁷ Segundo portal eletrônico do Movimento pela Base, este trata-se de “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio”. Para informações sobre os mantenedores e parceiros institucionais, acessar: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#rede>.

⁸ Como prova da ampla “participação” da sociedade, de acordo com o Portal do CONSED (2016a) “O documento foi elaborado a partir das contribuições de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação que participaram dos seminários realizados entre junho e agosto em todos os estados brasileiros”.

Além disso, o CONSED participou da construção de guias para orientar as redes, sejam municipais ou estaduais, no que chamam de recepção da BNCC, ou seja, era preciso preparar os professores para que ao receberem o documento, agissem de modo a colocá-lo em prática sem questionamentos. Segundo dados apresentados no Portal da UNDIME (2021d),

Pesquisa realizada pelo CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação) da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, com mais de 24 mil profissionais da educação mostra também que a BNCC está chegando nas escolas. [...] 79% dos professores têm percepção positiva dos efeitos da BNCC sobre seu comportamento profissional. 87% dos diretores têm percepção positiva sobre o impacto da BNCC na gestão educacional na escola; esse índice é alto também entre técnicos: nas secretarias estaduais, 86% percebem mudanças e, nas municipais, 88%.

No que se refere a implementação da BNCC, o CONSED e a UNDIME participaram do lançamento do projeto de avaliação e monitoramento da implementação da BNCC - educação infantil e ensino fundamental - em parceria com órgãos governamentais e o Movimento pela Base. Observamos, ainda, uma grande preocupação com a formação dos professores para que o “novo currículo” fosse implantado de imediato, inclusive com programas de formação, que serviriam como uma espécie de preparação das redes públicas, a exemplo do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC).

Além disso, verificamos uma incisiva defesa da necessidade de se criar um documento de referência a nível estadual para reorganizar ou adaptar os currículos de todas as 27 unidades federativas e seus respectivos municípios à BNCC, o que enfatiza a importância da UNDIME e do CONSED para a elaboração e implementação da BNCC.

O CONSED e a UNDIME, ainda em 2016, apresentaram uma intensa preocupação de atrelar o currículo às avaliações em larga escala, de modo que isso pudesse promover a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Do ponto de vista da formação, destaca-se a necessidade de flexibilização e um novo modelo em que os alunos desenvolvam competências, menos focado na aprendizagem da dimensão teórica dos conteúdos escolares, o que tornaria o ensino mais atrativo aos estudantes e possibilitaria a elaboração de um projeto de vida. Desse modo, a recomendação foi de que juntamente com a terceira versão, a BNCC fosse acompanhada de um calendário de implementação para que se materializasse nas escolas dos estados e municípios⁹. Afinal, para Luiz Miguel Martins Garcia, presidente da UNDIME, “a BNCC é a bússola que orienta os profissionais da educação brasileira” (UNDIME, 2021c).

Percebemos, portanto, a grande importância que o CONSED e a UNDIME tiveram no processo de construção e têm agora na implementação da BNCC, pois se autodenominam

⁹ “Em agosto de 2021, o número de municípios com currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ultrapassou 5 mil. Chegamos a 92% dos 5.568 municípios do país” (UNDIME, 2021d).



“entidades de caráter supranacional que tem como objetivo articular e integrar gestores públicos para construir e promover políticas públicas para a educação pública e qualidade social” (UNIDME, 2021a). No entanto, mesmo sendo entidades privadas, sem fins lucrativos, são compostas por agentes públicos, que utilizam estrutura e recursos públicos, mas que contam entre seus parceiros principalmente com entidades, fundações e outras organizações, representantes do empresariado.

4 Se nem tudo é consenso, o que dizem os intelectuais que resistem a esse projeto?

Gostaríamos de iniciar esta seção reiterando, a partir de Evangelista e Shiroma (2014, p. 11), a importância de compreendermos que as “luzes que de tanto ofuscar, ‘desiluminam’”, ou seja, é preciso considerar tanto os discursos quanto o que é silenciado.

No processo de elaboração da BNCC, constatou-se que, embora milhares de pessoas estavam aparentemente participando e opinando, marginalizavam-se as críticas e, em sua maioria, a participação era realizada por meio eletrônico¹⁰, já que os encontros presenciais e momentos de discussão no interior das escolas foram irrisórios, tornando a participação em todo o processo uma pseudodemocracia. Além disso, as universidades¹¹ não foram convidadas e pesquisadores brasileiros de referência foram ignorados, ao contrário do que aconteceu com pessoas ligadas às fundações que representam o empresariado.

A questão é “qual é a garantia de que as sugestões do portal serão respeitadas? Quem está fiscalizando a consulta pública? Qual é a transparência desse processo?” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 583). Poderíamos incluir essa forma de participação, ou melhor, pseudoparticipação no chamado consentimento ativo que,

[...] com o auxílio de softwares e tecnologias de informação e comunicação e da ditadura dos prazos, os resultados podem ser monitorados, novas formas de regulação e controle são implantadas e o Estado faz a gestão dos tempos escolares e o gerenciamento de professores (Santos e Shiroma, 2014, p. 36).

Fica evidente que o professor, nos discursos, é peça fundamental, é o agente principal, mas no momento de participar ativamente das políticas educacionais é marginalizado, silenciado, visto como mero executor, ignorando a existência de vida inteligente no interior das escolas.

¹⁰ O “MEC abriu uma consulta pública online a respeito. Nada menos que 300 mil pessoas comentaram, submetendo 12 milhões de comentários [...] ‘Tem esse número mágico dos 12 milhões’, que eles gostam de dizer ‘olha que construção participativa’” (Tarlau e Moeller, 2020, pp. 582/583).

¹¹ “O Brasil tem 32 universidades federais e pelo menos 20 delas mantêm pesquisas na área de educação e currículo. Dessas 20, pelo menos dez trabalham com a Sorbonne e com universidades inglesas. [...] Acho que todos nós ficamos ofendidos com a ausência de pesquisadores brasileiros da área de currículo. Nenhum deles foi convidado para dar opinião. Convidaram quatro pessoas lá da Fundação Lemann” (Tarlau e Moeller, 2020, p. 578).

Em consonância com Tarlau e Moeller (2020), poderíamos afirmar que as forças políticas que conduziram o processo de construção da BNCC estavam interessadas em abafar o pensamento advindo das universidades públicas e de organizações da sociedade civil não alinhadas ao pensamento dominante.

O objetivo principal não era aperfeiçoar o documento, incluir as contribuições ou incorporar críticas, mas buscar legitimidade ao que fora elaborado por especialistas, intelectuais orgânicos da burguesia, patrocinados por aparelhos privados de hegemonia. A atuação desses intelectuais foi bem-sucedida, pois conseguiram marginalizar as críticas, sob o argumento de que milhares de pessoas participaram com milhões de contribuições e, portanto, o documento seria neutro e acima de qualquer ideologia.

A forma aligeirada, sem fóruns efetivos de participação não permitiu a análise crítica do documento como um requisito mínimo para participar ativamente, caracterizando apenas um consentimento e não uma participação efetiva, inclusive utilizando-se do discurso de que a universidade deveria mesmo ser excluída, pois estaria atrasada e que as fundações se mostravam mais ágeis, modernas e preparadas para conduzir a elaboração da BNCC (Tarlau e Moeller, 2020).

Uma importante organização a estabelecer críticas foi a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), por meio da produção de diversos materiais que analisaram desde a forma como foi construída a BNCC e ao conteúdo propriamente dito.

Em 2017, a ANPEd ao estabelecer a crítica, apontou que “A BNCC é um documento inspirado por experiências de centralização curricular”, em reformas educacionais de países como os EUA, Austrália e Chile, onde tais mudanças foram amplamente criticadas. Assinalou, também, a preocupação com o retorno de um modelo curricular voltado para as competências, asseverando que “esta ‘volta’ das competências ignora todo o movimento das Diretrizes Curriculares Nacionais construídas nos últimos anos e a crítica às formas esquemáticas e não processuais de compreender os currículos” (ANPEd, 2017), reafirmando a preocupação e a defesa de uma educação comprometida “com o público, com o bem comum, com a diversidade e respeito às práticas e processos educativos que se encontram em curso nas escolas brasileiras - aspectos pouco considerados pelo documento entregue pelo MEC ao CNE” (ANPEd, 2017).

Concordando com Freitas (2018), poderíamos dizer que uma das formas de resistência é mostrar que há vida inteligente no interior das escolas o suficiente para não aceitar tudo o que é imposto de forma vertical, mesmo que sob o verniz da pseudoparticipação, submetendo à crítica as ideias propostas por reformas de viés estritamente mercadológicas em detrimento da

escola pública como espaço do conhecimento. Portanto, assim como a elaboração de propostas curriculares não é isenta de contradições, a sua implementação também não é automática.

Com base nos princípios da escola unitária, pensada por Gramsci, reafirmamos a importância de um currículo promotor do conhecimento científico, que considere os aspectos filosóficos, tecnológicos e culturais que envolvem a produção e sistematização da ciência. Nessa direção, Gramsci destaca que:

A escola unitária ou de formação humanística (entendido esse termo, ‘humanismo’, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (Gramsci, 1982, p. 121).

Sob a perspectiva gramsciana, o acesso à teoria e à prática que envolvem o conhecimento científico no decorrer da escolaridade é fundamental para a atuação dos sujeitos nas atividades sociais e no trabalho, ainda quando jovens. A apropriação da cultura geral acumulada pelos homens constitui a base para o desenvolvimento de capacidades de criação intelectual e de técnicas, isto é, uma educação que rompe com os modelos padronizados e de reprodução de conhecimentos e/ou informações; que humaniza porque promove o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade e oferece condições para novas produções, invenções e para autonomia dos sujeitos e não para o seu aprisionamento intelectual. Observamos, portanto, que se trata de uma concepção formativa contrária àquela proposta pela BNCC. Eis uma possibilidade, um contraponto à BNCC, a ser percorrido pelos profissionais da educação.

5 Considerações finais

Com base na concepção gramsciana de Estado, relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, observamos um avanço de aparelhos de hegemonia ligadas ao campo empresarial na educação, sejam fundações ou empresas que, muitas vezes, se mantêm anônimas na proposição das políticas educacionais, o que justifica e coaduna com reduções dos investimentos públicos e um incentivo às Parcerias Público-Privadas como forma de reduzir as funções do Estado na educação. Notamos, ainda, a defesa da lógica do mercado por meio de um sistemático ataque à escola como lugar de socialização do conhecimento, propondo currículos padronizados e pautados em competências e habilidades.

É nesse contexto que se insere a BNCC, na medida em que visa marginalizar o conhecimento e servir de base para avaliações em larga escala a partir da padronização do

currículo. Além disso, há uma culpabilização de professores, alunos e da própria comunidade escolar em casos em que os índices não foram atingidos de forma satisfatória. Também é uma forma de gerenciar o trabalho dos professores por intermédio de aulas roteirizadas, com padrões próprios da lógica do mercado, e estabelecer a meritocracia com a justificativa de que todos têm as mesmas oportunidades, mesmo em uma sociedade extremamente desigual.

O processo de elaboração da BNCC teve um ingrediente extremamente importante por parte do bloco hegemônico, quando se estabeleceu um consenso sobre a necessidade de uma proposta nos moldes em que foi organizada e, dessa forma, marginalizando-se as críticas dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora como algo ideológico e irracional, minimizando as divergências e diminuindo o poder de resistência dos trabalhadores.

Embora prefiram o anonimato a demonstrarem publicamente qual projeto de sociedade e de formação defendem, o interesse do empresariado pela definição de um currículo nacional e a padronização da formação humana demonstra que a educação e o currículo não são neutros, mas podem ou não ser instrumentos a favor da ampliação e consolidação da direção política, cultural e ideológica dos grupos sociais dominantes.

No entanto, podemos dizer que as classes dirigentes cometem o “erro” de minimizar a condição mediadora da escola e a sua condição de resistência e ressignificação das políticas educacionais em processo de implementação na educação básica. Tal condição mediadora encontra elementos em outras concepções de educação, a exemplo da escola unitária, que parte da unidade entre teoria e prática, para percorrer uma formação humana criativa, inventiva e autônoma.

Referências

ANPED. *Nota da ANPED sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE)*. 2017. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/nota-da-anped-sobre-entrega-da-terceira-versao-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-ao>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BANCO MUNDIAL. *Propostas para realinhar as políticas de educação*. Superando a crise da aprendizagem com equidade. Washington, DC: BM, 2018.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Mediações entre crise do capital e parcerias público-privadas em educação: elementos para discussão. In: Colóquio Internacional Marx e o marxismo, de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917). 24 a 27 de agosto, 2017, UFF: Niterói, RJ, 2017. Mesa coordenada 23. *Crise do capital, recomposição burguesa e reconfiguração das políticas públicas de formação humana*. Niterói, RJ, Colóquio Internacional Marx e o marxismo, de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917), 2017, s/p. Disponível em:

<http://www.nieparx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC23/mc233.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Parcerias Público-Privadas e hipertrofia do mercado na educação. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.1, p.30-47, abr. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44350/24601>. Acesso em: 09 de maio de 2022.

CONSED. *História e Estatuto*. Disponível em: <https://www.consed.org.br/conteudos/historia-e-estatuto>. Acesso em 28 de nov. de 2022.

CONSED. *MEC recebe contribuições de Consed e Undime para a BNCC*. 2016a. Disponível em: <https://www.consed.org.br/noticia/mec-recebe-contribuicoes-de-consed-e-undime-para-a-bncc>. Acesso em 08 dez. 2021.

DUARTE, N. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 35–40, set. 2001. Disponível: em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004>. Acesso em: 10 jan. 2022.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor: a profissão que pode mudar um país? In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. – Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. 288p.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Apresentação. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. – Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. 288p.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 160.

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. *Os intelectuais orgânicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aspectos teóricos e ideológicos*. Curitiba: CRV: 2021. 126p.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Botafogo, RJ: Editora Civilização Brasileira S. A., 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. COUTINHO, C. N. (Trad.); HENRIQUES, L. S.; NOGUEIRA, M. A. (Co-edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1978.

LIGUORI, G. & VOZA, P. *Dicionário gramsciano* [recurso eletrônico]: 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MOVIMENTO PELA BASE. *Quem somos*. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em 04 de dez. de 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

ORNELLAS, Janaína Farias de Ornellas; SILVA, Luana Cristeinsen. O ensino fundamental da BNCC: proposta de um currículo na contramão do conhecimento. *Rev. Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v.12, n.2, p. 309-325, maio/ago. 2019. Disponível Grupo 2 – Apresentação e debate. em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n2.43516>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, Fabiano Antonio dos; SHIROMA, Eneida. Slogans para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). *O que revelam os slogans na política educacional*. 1. ed. – Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. 288p.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SMITH, Adam. Os gastos das instituições para a educação da juventude. In: *A riqueza das ações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. p. 228-249.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 01 out. 2020.

UNDIME. *Sobre a Undime*. 2019a. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>. Acesso em 28 de nov. de 2022.

UNDIME. *Base curricular mais próxima das salas de aula*. 2019b. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/31-10-2019-10-35-base-curricular-mais-proxima-das-salas-de-aula>. Acesso em: 01 dez. 2021.

UNDIME. *A importância do Consed e da Undime para a educação*. 2021a. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/13-08-2021-16-56-a-importancia-do-consed-e-da-undime-para-a-educacao>. Acesso em: 03 dez. 2021.

UNDIME. *Implementação dos novos currículos à luz da Base Nacional Comum Curricular é tema de debate no 18º Fórum Nacional*. 2021b. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/16-09-2021-23-46-implementacao-dos-novos-curriculos-a-luz-da-base-nacional-comum-curricular-e-tema-de-debate-no-18-forum-nacional>. Acesso em: 02 dez. 2021.

UNDIME. *MEC vai monitorar a implementação da BNCC*. 2021c. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/11-03-2021-10-08-mec-vai-monitorar-a-implementacao-da-bncc>. Acesso em: 03 dez. 2021.

UNDIME. *92% dos municípios brasileiros têm currículos alinhados à BNCC*. 2021d. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/20-09-2021-16-51-92-dos-municipios-brasileiros-tem-curriculos-alinhados-a-bncc>. Acesso em: 03 dez. 2021.